

A VIOLÊNCIA DO MERCADO E SUA EUFEMIZAÇÃO: SEMÂNTICA DO CONSENTIMENTO

LA VIOLENCE DU MARCHÉ ET SON EUPHÉMISATION: SÉMANTIQUE DU CONSENTEMENT

Patrick Dahlet¹

RESUMO: Além e aquém da violência física e visível, a ordem do mercado secreta uma violência econômica, aparentemente menos brutal e visível, mas não por isso menos infalível em termos de destruição e autodestruição. Defendendo a tese de que o silenciamento desta violência está fundamentalmente organizado por um processo de eufemização discursiva dos conflitos gerados pela racionalização econômica do mundo em andamento, desde o Estado até os territórios mais íntimos da subjetividade, se descreve e interpreta o paradigma das formas e manipulações semânticas pelas quais uma política designativa eufemizante, em nome dos tópicos da flexibilidade e da livre-escolha, não apenas atenua e anonimiza a carga de violência das engrenagens do mercado, mas também e sobretudo regula e emblematiza um novo curso subjetivo: a produção de um *mercasujeito* que consinta indissociavelmente a sua vulnerabilidade e à exigência de maximizar ao infinito todo seu potencial sem contudo (poder) emancipar-se dela.

PALAVRAS-CHAVE: violência; eufemização; desprotagonização; consensualização.

RÉSUMÉ: Au-delà et en-deçà de la violence physique et visible, l'ordre du marché secrète une violence économique apparemment moins brutale et visible, mais pas moins redoutable pour autant, en termes de destruction et d'autodestruction. Postulant que l'invisibilisation de cette violence repose fondamentalement sur un processus d'euphémisation discursive des conflits générés, de l'État aux territoires les plus intimes de la subjectivité, par l'actuelle rationalisation économique du monde, l'article décrit et interprète le paradigme des formes et manipulations sémantiques qui, dans le cadre d'une politique désignative euphémisante et d'une topique de la flexibilité et du libre-choix, non seulement atténue et rend anonyme la charge de violence des engrenages du marché, mais aussi et surtout emblématisent un nouveau cours subjectif: la production d'un *sujet du marché* qui consent indissociablement à sa vulnérabilité et à l'exigence d'en maximiser les potentialités à l'infini sans, néanmoins, (pouvoir) s'en émanciper.

MOTS-CLEFS: violence; euphémisation; desprotagonisation; consensualisation.

Introdução

No altar do mercado: a contenção da violência

“A tempestade arrastou tudo” (Jornal da Noite, Globo, 2/05/17), “O crescimento da violência no Brasil” (Jornal da Noite, Globo, 25/05/17), “Violência se torna epidemia no Brasil” (JN Globo, 30/05/17), “A seguir, o aumento da violência nos estados brasileiros” (JN Globo, 05/06/17), “Depois de enchentes e dos temporais no Sul, desalojados enfrentam o frio” (JN Globo, 10/06/17)... Basta ligar a TV para ser

¹ Patrick Dahlet é Livre-Docente (Prof. Dr HDR na França) em Ciências da Linguagem e Didática das Línguas, aposentado da Universidade das Antilhas e Guiana. Radicado na Bahia, ele é hoje professor colaborador e orientador em Análise do Discurso do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos/UFMG e professor visitante da UNAH (Honduras). Seus trabalhos interrogam construções racionais que são também sonhos, tais como a enunciação em linguística, a nomeação de si e do mundo em discurso a educação e as identidades plurilíngues em didática. E-mail: padahl@zipmail.com.br

absorvido em narrativas e imagens perpetuamente revisitadas, segundo esquemas dramáticos numerosas vezes já ensaiados, de corpos, casas, bairros e regiões, feridos ou devastados, e, no próprio movimento desta imersão, ser absolvido também de qualquer responsabilidade no acontecido, qualquer seja seu grau de crueldade.

Pois, o dispositivo perfeitamente codificado, que o noticiário convoca para lapidar a violência, tende sempre a unificar seus protagonistas, ou seja, cada um de nós, já que esta violência é do mundo, no julgamento “o bárbaro é o outro”, ao mesmo tempo encarnizando a ameaça e encalhando-a em uma narração que mantenha seus culpados a distância. Desde as fronteiras do império (a tríade atualmente formada pela apocalíptica Síria, o tirano norte-coreano e o terrorista jihadista) ou de dentro das nossas linhas de demarcações (a periferia das cidades e os campos de refugiados na Europa, as favelas e as cracolândias aqui), a midiatização desta violência bate na porta, mas não arranca quem fica na sua, de olho no expelível corpo estrangeiro.

Contudo, aquém desta violência que a chamada grande mídia (d)enuncia incansavelmente, sem perguntar-se de qual ela é o signo, fora das deflagrações de uma subjetividade alheia, há uma outra violência, esta invisível, mas não por isso menos radical e eficiente. É a violência que me avento a chamar aqui de violência do mercado. Refiro-me à esta noção, não apenas como uma metáfora da “mão invisível” do mercado introduzida por A. Smith (SMITH, 1995 [1776]. livre IV, cap. 1) para significar a conflituosa cegueira da providência mercantil, produto de ações sobre as consequências das quais os próprios autores não são informados, mas também como uma despersonalização da relação mercantil idealizada por Marx: “Não pintei de cor-de-rosa as figuras do capitalista e do proprietário fundiário. Mas aqui só se trata de pessoas na medida em que elas são a personificação de categorias económicas” (MARX, 1867, livro I, prefácio, p. 8)². Movida por esta profunda despersonalização, que confunde o governante com uma forma-Estado predeterminada e o corpo social com um híbrido metade homem, metade máquina e estoques, a metáfora da “mão invisível” se converte em “águas geladas no cálculo egoísta” (MARX, 1848, Cap. 1 “Burgueses e Proletários), mas são águas agora constitutivamente violentas, uma vez que, valorizando o próprio valor do mercado, os recursos e a emancipação proporcionados por sua invisibilidade

² Tradução em português pelo próprio autor desta contribuição, como o serão todas as citações de estudiosos não brasileiros no decorrer do texto.

têm como preço novas formas de dissolução do sujeito e de (re)qualificação coletiva do dominado.

Fria, impessoal, silenciosa, embora organizada, sistematizada e estratégica, é assim que aparece a violência do mercado nos entornos desta breve evocação de suas raízes filosófico-econômicas. Agora, poderíamos nos perguntar sobre sua relevância para uma abordagem discursiva desta violência, uma vez que a afirmação marxista da despersonalização do mercado parece induzir a inocuidade de qualquer política discursiva de nomeação dos componentes do processo, remetendo seu impacto à uma ilusão ideológica. Na verdade, tal impossibilidade induz a necessidade de um processo designativo capaz de estruturar e sustentar a obviedade do funcionamento do mercado cujos termos frisam a contradição, ao apontar não só a qualidade estratégica de uma violência desprovida de controle humano, mas, sobretudo talvez, a admissão de violência do mercado pelos que se beneficiam com ela, apesar de seu estatuto contingente e não intencional, e a sua interiorização pelos que ela não favorece e danifica.

De fato, força é de constatar que, hoje, a necessidade de uma política designativa das esferas do mercado, iluminada pelo marxismo, virou requisito e regra de sua operacionalização, e isso, ao meu ver, por duas razões incontornáveis: primeiro porque o vínculo que ligava anteriormente um sujeito a um movimento (ideológico e político principalmente) que o transcendia e no qual ele se reconhecia inteiramente, se desfez; e segundo porque o exclusivismo desta transcendência foi justamente substituído pelo paradigma alternativo de um individualismo que, em vez de se definir nos termos de aparelhamentos ideológicos e políticos, somente se identifica eventualmente, não a eles, mas através deles, ao experimentar efetivamente a bonificação subjetiva e o aprimoramento do poder de agir proporcionadas por esta travessia.

A articulação destas duas razões leva à uma redistribuição das relações entre o quadro normativo (político-legislativo) e a atividade apreciativa dos atores sociais, uma vez que o mercado requer que eles reivindiquem a liberdade como sua condição de possibilidade. Ecoando os contornos da biopolítica foucaultiana, direi que esta redistribuição implica a fundação de uma dupla programação: por uma lado, a de uma “governamentabilidade” concebida, não mais enquanto ação monocausal e rígida da instituição governamental sobre os governados, mas como um “tipo de racionalidade” acionada pelo “encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as

DAHLET, Patrick. A violência do mercado e sua eufemização: semântica do consentimento. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, v. 1 n 1, p.01-28, 2018. (ISSN: 2317-1006 - online).

técnicas de si” com o intuito de conduzir a conduta dos homens, não contra mas pela própria liberdade deles (FOUCAULT, 1976-1988, p. 823 e 1604); e por outro lado (e indissociavelmente), a instauração de um novo regime discursivo, para produzir o real desta racionalidade, ou seja a normalização da lógica do mercado enquanto espaço de liberdade, desde o Estado até os territórios mais íntimos da subjetividade; lembrando que, para Foucault, o discurso, longe de ser uma “consciência que vem encaixar seu projeto na forma externa da linguagem”, é “uma prática que tem suas próprias formas de encadeamento e sucessão” (FOUCAULT, 1969, p. 179).

Tendo em vista esta implantação de um novo regime discursivo, missionado para habilitar o mercado como o texto-programa neoliberal de um futuro de progresso sem fim (fora o da própria história, como anunciado em FUKUYAMA, 1992), a questão que se apresenta é a seguinte: como se fabrica politicamente, pelo e no discurso, na escala de uma sociedade humana, as condições do (excesso de) zelo do mercado e da penetração /aceitação de suas normas com a violência que delas transcende?

É esta questão que se pretende investigar aqui na perspectiva de uma análise do discurso crítica, de cunho socio-semântico, atravessada por lemas filosóficos, antropológicos ou de cidadania ativa, e que projeta o linguista nas dinâmicas vivas e contraditórias do social, fazendo dele não só um observador reflexivo de seu objeto, como também um sujeito observado e interpelado, particularmente quando se trata de um movimento, como a violência, que põe a subjetividade de cada um em movimento de atração e de fuga.

São três as teses, relativas à fábrica discursiva do mercado enquanto ilusão erguida sobre uma desorientação essencial, que defendo aqui.

A primeira vincula a configuração do que chamei um globodiscurso (DAHLET, 2014) ao princípio que visa na atualidade a dissociar o mercado da dominação, ao determinar que há um só mundo, sem identificar o mundo do qual se trata. Apostando que o fenômeno é sempre como ele é nomeado, o *globodiscurso* funciona um pouco como um elixir, e seus termos como porções mágicas finalizadas pelo imperativo do compartilhamento entre todos da crença na superioridade da nova ordem indivisível do mercado e na razão econômica da competição e do lucro que a fundamentam, como correspondendo a leis naturais, geradoras de um progresso infinito e no horizonte insuperável da humanidade.

A segunda tese estabelece a eufemização como categoria linguística constitutiva deste globodiscurso e de suas ramificações midiáticas. Aproveitando contrastivamente a asserção marxista segundo a qual a “história não faz nada” (MARX, [1982], 1845, p. 526), poderia se afirmar que na racionalização discursiva do mercado, é a eufemização que faz tudo, convertendo a “exploração” em “sofrimento no trabalho”, a “liquidação do aparelho do estado” em “externalização dos custos”, os “pacientes” em “clientes”, os “cidadãos” em “usuários”, os “sem nada” em “moradores de rua” e tudo que sobra em “recursos humanos”...Sustento, neste sentido, que a eufemização atua como um verdadeiro inversor semântico, fazendo que o que é dito não nos apareça mais como um reflexo mais ou menos adequado (conciliante ou inquietante), e portanto polêmico, do real, mas o modelo conceitual e/ou narrativo que organiza o real (modelo a partir do qual nós apreciamos a configuração do mercado, sem poder mais distinguir precisamente entre o (que é) o real e o (que é) imaginário).

Quanto à terceira tese, considerando que a eufemização não remete só ao uso de unidades eufemísticas (embora esta prática de alta produtividade) mas mobiliza um vasto conjunto de categorias semântico-enunciativas, com impacto e intensidade variados, ela prescreve que o dispositivo eufemizante contribui para validar na superfície do discurso, a profundidade de uma semântica do consentimento, uma vez que todas as suas realizações têm em comum de remexer deliciosamente no espaço de representação e de liberdade dos sujeitos – cada um de nós – para que cheguem a conformar-se “espontaneamente” à versão do mundo que ela assina. Ao cargo da eufemização, fica uma função de “assujeitamento” (FOUCAULT: 2015 [1976] p. 719) à sua própria liberdade e a (re)produção de um *neosujeito*, segundo a designação introduzida por Jean-Pierre Lebrun (2007) incitado a envolver a totalidade do seu ser subjetivamente no trabalho e a completude do ordenamento gerencial na livre-manutenção de si mesmo e de seu potencial.

Assumindo-se como uma circulação policêntrica na instigante eufemização, inquieta inclusive do sentido de sua até insensata prodigalidade, o estudo está estruturado em quatro etapas.

Após um exame sintético da noção de eufemização, diferenciando-a do eufemismo e iluminando o seu dinamismo enquanto operação de nomeação e procedimento de designação, se propõe um percurso/reconhecimento geral da recorrência eufemística do globodiscurso contemporâneo, não só no intuito de demarcar

o quanto ele depende da esfera de atividade deste procedimento, mas também de exemplificar a compenetração assim enunciada da violência atenuada do mercado e de nossas mais quotidianas vivências. Em um terceiro momento, se tentará uma exploração insistente de alguns textos jornalísticos, com a vontade de trazer à luz, ao lado e além da regulação lexical, a diversidade e a sutileza das formas e modalidades semânticas das quais prossegue tal eufemização para homogeneizar o funcionamento disruptivo do mercado em uma representação consentida de sua incompressível opressão, procurando esboçar assim um quadro metodológico de leitura e interpretação do fenômeno. Enfim, a título de conclusão, serão destacadas e interrogadas algumas características marcantes deste neosujeito, enquanto registro de rentabilidade e gozo, livremente forçado a aceitar a contratualização mercantil do laço humano como padrão e pilar da destinação do mundo.

Se admitimos (mas como não admiti-lo?) a opacidade da violência interna ao mercado e a labilidade, escondida ou explosiva, de suas intervenções, as considerações que seguem não têm outra ambição que de reparar como a implementação de uma política designativa centrada sobre a eufemização rearticula o singular e o coletivo em novas estruturas de poder e modalidades de incorporação dos sujeitos na sua governabilidade. O que equivale também a deixar em aberto a agudez e a complexidade desta cristalização eufemizante do mundo, uma vez que dela se espera que recicle uma violência econômica nunca explicitamente aprovada pelos que se aproveitam dela, até porque ela se apresenta como atuando a favor dos que ela machuca.

1. Horizonte conceitual: o que eufemizar quer dizer

A alusão do título desta seção, dedicada à conceituação do eufemismo que orienta a análise, à obra de P. Bourdieu não é acaso. Pois lá se encontra justamente evidenciada a extensão do eufemismo na prática comunicativa:

Os discursos são sempre em parte *eufemismos* inspirados pela preocupação do “bem dizer” [...], *formações de compromissos* resultando de uma transação [...] que se impõe a um locutor dotado [...] de um poder simbólico mais ou menos importante sobre essas relações de força simbólicas” (BOURDIEU, 1982, p. 78).

Ao estipular que a proferação do eufemismo obedece a uma exigência do “bem dizer” constitutiva da relação social, a definição de Bourdieu cruza toda a tradição retórica que concebe o eufemismo como uma técnica de atenuação da brutalidade

DAHLET, Patrick. A violência do mercado e sua eufemização: semântica do consentimento. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, v. 1 n 1, p.01-28, 2018. (ISSN: 2317-1006 - online).

antecipada de uma verbalização. Exemplar desta figuração do eufemismo, como delicadeza linguística, é a famosa definição de Dumarsais no âmbito da retórica clássica:

O eufemismo é uma figura pela qual a gente mascara ideias desagradáveis, odiosas ou tristes atrás de nomes que não são os nomes próprios de estas ideias; eles lhes servem de véu, expressando aparentemente ideias mais agradáveis, menos chocantes e mais honestas, segundo as necessidades” (DUMARSAIS, 1988 [1730], p. 158).

Até o próprio teórico da enunciação, E. Benveniste, ao estudar “Eufemismos antigos e modernos” qualifica o eufemismo como “deviação semântica” que substitui uma “expressão julgada ruim” para um “equivalente distante ou abrandado” (BENVENISTE, 1966 [1949], pp.318-319).

Configurado como objeto de linguagem, o eufemismo é assim sistematicamente (mas dificilmente e com muitas oscilações devido à labilidade e heterogeneidade de suas manifestações) identificado à uma moral das palavras e a normas de conveniência que incitam a tirar do discurso os semantismos penosos e (excessivamente) negativos. Pois, conduzem à ofensa ou ao apavoramento do interlocutor, e arriscam assim de obstaculizar a comunicação.

Em suma, e em termos leigos, eu diria que o jeito discreto e ponderado do eufemismo equivale a não chamar as coisas por seu nome. Sob este prisma, o eufemismo tem valor de componente imprescindível do discurso político, por isso comumente chamado, quando não se esquece dele, de “politicamente correto”. Mas é precisamente essa mesma prática política do eufemismo que demonstra também que se trata de uma construção estratégica, como o ilustra, dentro de numerosas outras, esta declaração de Angela Merkel: “A decisão dos Estados Unidos de sair do acordo do clima de Paris é bastante lamentável, e eu estou me expressando de uma maneira muito reservada quando digo isto”. (Berlim, 02/06/17, <http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKBN18T1GC-OBRWD>)

De fato, se percebe claramente aqui que o valor eufemístico de “lamentável” não é constitutivo da descrição lexicográfica do termo, mas emerge de uma construção contextual combinando uma escolha subjetiva, marcada por “eu estou me expressando”, com uma avaliação metalinguística da adequação do uso de “lamentável” enquanto designante do seu objeto (“a decisão dos Estados Unidos”). Na verdade, essa tramitação equivale a sublinhar que se tem que encontrar em outro lugar que neste eufemismo o

DAHLET, Patrick. A violência do mercado e sua eufemização: semântica do consentimento. *Cadernos Discursivos*, Catalão-GO, v. 1 n 1, p.01-28, 2018. (ISSN: 2317-1006 - online).

princípio de processamento de sua significação, e correlativamente a atestar da competência social do enunciador, empresário de sua própria performance, na medida que divulga a extensão de seu desprezo, sem deixar de inscrever sua enunciação em uma representação ciente das pressões da comunidade política de linguagem a favor de uma manutenção eufemística da relação com outrem.

Apenas este exemplo basta para não confinar o eufemismo na contração de uma concepção substitutiva e incitar a englobá-lo à vocação atenuante do eufemismo, dentro da dialética do movimento discurso, no e pelo qual atores sociais constroem tópicos e espaços de inclusão / exclusão.

Tanto quanto é do meu conhecimento, fora da minuciosa análise por Krieg-Planque (2004) da função meta-enunciativa e axiológica dos “julgamentos de eufemização”, não existem trabalhos voltados para a extensa dinâmica discursiva do eufemismo, nem modelização de sua multifacetada ação.

Contudo, uma vez que o eufemismo problematiza a atividade designativa (questionando portanto como ela, e agudamente por se tratar da violência invisibilizada do mercado, a demarcação entre representação chamada de objetiva do real e concertação de um ponto de vista, e o impacto do próprio modo de aparição eufemístico sobre o real extralinguístico), a reconceitualização recente da designação como ato de nomeação (BOSREDON et al., 2001; CASSANAS et al., 2004; CISLARU et al., 2007) e objeto de análises (LONGHI, 2015; KOREN, 2016; MOIRAND, 2007; KRIEG-PLANQUE, 2009; DAHLET, 2016) oferece uma alternativa para ~~se~~ representar-se a dimensão processual do eufemismo, e portanto pensá-lo em termos de eufemização do mundo e da relação intersubjetiva por granularidade de fatores discursivos e procedimentos sócio-semânticos.

Vinculando a regulação da nomeação a um quadro heurístico tridimensional (Economia política da discursividade foucaultiana (FOUCAULT (1994) [1968] e 2015 [1969]; Teoria das operações enunciativas de Culioli (1990) e Dialogismo bakhtiniano (1977 [1929])), proponho configurar a relevância do eufemismo enquanto eufemização enunciada na forma de uma axiomática, articulada em torno de um pressuposto epistemológico e de cinco propriedades operacionais, que apresentarei em seguida sem mais comentários.

- **Pressuposto: o real do discurso.** Entendendo o discurso como uma realidade, aquela de um processo enunciativo de fabricação de um mundo que institui, na

(in)própria (in)consistência dele, “nossos universos de discurso” (FOUCAULT, 1994 [1968], 675), se postula que esta instituição discursiva da experiência humana transita fundamentalmente pela nomeação, enquanto ato que pressupõe a existência do mundo que ela fabrica, categorizando-a dentro de uma classe de objetos (pensamentos, ações, eventos) organizados no léxico e, ao mesmo tempo, predicando que esta referência existe de acordo com a forma de sua nomeação. A validação desta “predicação conta com a força intangível de um imaginário linguístico (DAHLET, 2009, pp. 51-66) que leva cada um de nós a acreditar na possibilidade de chamar as coisas pelos seus nomes, querendo que a nomeação instaure uma relação de natureza essencial, permanente e por isso compartilhável, entre a entidade (coisa ou ser) evocada e o sujeito que a designa.

- **Primeira propriedade: um complexo operacional.** Designar não consiste em atribuir um nome a uma coisa, mas remete a um complexo operacional de “identificação/ diferenciação” (CULIOLI, 1990) inerente a qualquer ato de nomeação. Pois, identificar uma entidade por um determinado termo como objeto de discurso, significa simultaneamente diferenciá-la do que ela não é no universo do discurso em questão. Fundamentalmente, o agir da nomeação se confunde assim com a escolha (in)voluntária de um termo no seio de um “paradigma designacional” (MORTUREUX, 1993), ou seja, dentro de muitos outros possíveis, sem que os termos não selecionados deixem de impressionar, na sua ausência mesma, o termo selecionado para construir o objeto do discurso.

- **Segunda propriedade: um posicionamento enunciativo.** O fato de nomear uma entidade (pessoa, pensamento, evento) por um termo, em vez de outros disponíveis para o processo de representação, além de categorizar, por exemplo dentro de um grupo – *partido, comunidade, nação, etnia, raça* – ou de uma experiência sensorial – sonora (*detonação, piano*), olfativa (*cheiro de cigarro*) ou visual (*sinuosos igarapés*), perfila um posicionamento do enunciador frente ao objeto do seu discurso e a iluminação de um ponto de vista sobre ele. Representar um evento por uma designação (*marcha das mulheres*) marca uma tomada de posição eufemizante em relação a todas as outras que não foram requisitadas (*paradas femininas, movimentação, atos, protestos, mobilizações, bloqueios, paralizações, greves de mulheres*), e também aos outros locutores que o nomeiam.

- **Terceira propriedade: uma hibridação conflituosa.** Com a exceção (mas será que ela existe mesmo?) de criações lexicais que seriam totalmente inéditas, toda

palavra anteriormente já serviu e somente assim exerce o seu poder de designação, incorporando as tensões de uma dupla memória na instauração das representações do sentido comum: uma memória linguística, articulando informações metalinguísticas e *pré-construídos* culturais, e que organiza e agrega de um certo modo a distribuição e o semantismo das unidades distribucionais e semânticas, exemplificados pelo dicionário de língua; e uma *memória discursiva* (COURTINE, 1981; MOIRAND, 2007) que associa a palavra à dispersão pletórica (inobservável enquanto tal, daí a inscrição por Foucault do enunciado sob o signo da raridade) dos conjuntos significantes no seio dos quais essa foi anteriormente e será ulteriormente projetada. Mergulhada nessa circulação discursiva, aberta nos seus encerramentos e fechada por suas mutações, a palavra se torna então essa “arena miniatura onde se entrecruzam e lutam acentos sociais contraditórios” que circunscreve Bakhtine (1977, p. 77), somação dialógica condicionada por sua repetição e co-ordenada pelas virtualidades consensuais e/ou dissensuais que ela desvela.

Nesta ótica, qualquer eufemização consiste a convocar uma outra rede semântica que aquela memorizada pela fórmula que ela reinterpreta: é o pagamento à vista que promete o emprego precário com sabor de “bico”, é a humanização do “feto” ativado “criança” e dos presídios identificados a “lugares de privação de liberdade; a legitimação da intervenção militar nos protestos, ao enfrentar não mais “manifestantes”, mas “forças oponentes”, e sua consagração ao se ver rebatizada “programa Redenção” da gente de Cracolândia....E neste sentido também, toda eufemização potencializa, no campo do mercado em particular, a diseufemização de quem iria resistir às suas matizes, chamando o desespero de “violência”, e predispõe assim cada uma de suas ocorrências a funcionar como “golpes” mesmo sendo disfarçada de “*impeachment*”, “destituição” ou “emergência constitucional”.

- Quarta propriedade: uma orquestração procedimental. Aquém e além das formas nominais, simples ou complexas, a eufemização pode ser formada por procedimentos eloquentes (prefixação/sufixação, composição, derivação, empréstimo, truncamento), determinada por flexões significativas (gênero e número, artigos e pronomes), entrar em relação, mais ou menos privilegiada, com outras palavras (anaforização, reformulação, conexões) inscritas no contexto e associada a outras formas (expressões adjetivais e verbais ou ainda construções relativas). E, sobretudo, a sua significação pode implicar o impacto de categorias linguísticas, tais como

nominalização, passivação, genericidade/especificidade ou proposições impessoais, elas mesmas associáveis a categorias sócio-semânticas moldando as representações dos objetos do discurso (pessoas ou ações) em torno de polos do tipo agente/paciente, abstração/concreção, singularização/agrupamento, inclusão/exclusão.

- **Quinta propriedade: uma semantização do consentimento.** No plano estratégico deve ser destacada a generalização da regulação eufemística como critério de axiologização e adequação/inadequação das práticas de nomeação no mundo político-midiático global atual. Finalizada pela encenação de um *ethos de moderação* (Krieg-Planque, 2004), este fervor eufemístico pode ser concebido também enquanto procedimento de esquiva de tanta desumanidade da humanidade atual. A propensão eufemística contemporânea dos atos de nomeação funciona assim como acelerador designativo da construção, apesar dos malfeitos da lógica da força, do consenso coletivo sobre valores a ser compartilhados. Simultaneamente, quem resiste à possibilidade de atuar enquanto cidadão no mercado mundo, apesar de ser ator dele como qualquer outro, se vê hostilizado e assimilado a um estímulo de cenário violento. Ancorada em uma historicidade mais ampla, a referenciação produzida pelo ato de nomeação corresponde a um processo de semiotização do seu referente, conforme aos interesses íntimos e institucionais dos seus protagonistas, e que não deixa de questionar fundamentalmente a relação assim estabelecida (e afrontada) entre a forma linguística e alguma coisa diferente dela, obrigando a retomar incansavelmente, enquanto linguista, a problemática da (in)consistência do extralinguística e dos graus de envolvimento/apagamento do enunciador nesta exterioridade.

Resumindo, eu diria que a irrepresível inscrição do eufemismo na experiência de linguagem impõe ao mesmo tempo repensarmos o fenômeno, não mais restritivamente como um conjunto de unidades supletivas, mas em termos de movimento de categorização e de mobilização de um saber que opera com as palavras sobre os esquemas de partição do mundo social, construindo pontos de vista semioticamente falantes, simbolicamente especificantes e dialogicamente perfilados. Nestas condições, acrescentaria que a categorização eufemística se distingue dos outros modos de categorização discursiva por três atributos: no plano designativo propriamente dito, pelo fato de inventar continuamente seu mundo, jogando com e sobre uma ativação referencial parcial, e até minimalizada, de seu objeto; enquanto forma de modalização deste objeto, pelo fato de se prestar a uma amplificação maximal de seu processo,

DAHLET, Patrick. A violência do mercado e sua eufemização: semântica do consentimento. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, v. 1 n 1, p.01-28, 2018. (ISSN: 2317-1006 - online).

podendo alistar um conjunto aberto de categorias sócio-semânticas; e enfim, na função de agente de consentimento, pelo fato de apagar que ela seja o termo operatório de uma ilusão de verdade, identificando as tensões do mercado a um tipo de desorientação organizada que autoriza todo mundo a achar nela seu lugar.

2. A redundância eufemizante do globodiscurso

O que denominei de Globodiscurso materializa o sonho mais imperial e esquivo do mercado: recriar a linguagem para exibir a germinação de uma sociedade dos iguais, apesar da sua mundialização ter por preço a precarização de populações inteiras e a brutal apartação da existência humana em países, regiões e bairros amulharados em suas desigualdades. Para lograr a estruturação desta ilusão, este empreendimento discursivo global é esvaziado do paradigma designacional da dominação. Como o reparam Bourdieu e Wacquant, desta “nova vulgate planetária” são “espantosamente ausentes capitalismo, classe, exploração, dominação, desigualdade, todo um vocábulo peremptoriamente revogado sob pretexto de obsolescência ou presunção de impertinência” (BOURDIEU & WACQUANT, 2000, p. 6).

Tal propensão a mutilar a língua dá um ar de *Novafala* orwelliana ao nosso globodiscurso. Mas a semelhança se encerra aí, uma vez que o princípio discursivo que fabula a separação do mercado e da dominação e abre o campo dos possíveis, não se limita, como no caso da *Novafala*, à depredação do vocabulário existente para conter o pensamento, mas extrapola a viabilização do impensado eufemístico do existente para que o pensamento comum construa o inédito de uma promessa no real da mercadoria e de seus afetos.

A geração eufemística do globodiscurso é enorme e ininterrupta, até porque é autoalimentada, o que o aproximaria de uma xilolalia, se não fosse a versatilidade e a potestade social de suas criações. Correlacionei em um trabalho anterior o eufemismo a estratégias e lemas da “governança discursiva global” (DAHLET, 2014). Aqui a intenção é a de articular nesta seção, sem pretensão de cientificidade, a prodigalidade eufemística deste globodiscurso a três níveis de eficiência, cuja imbricação me parece contribuir a constituí-la como dispositivo de enunciação fundamental do seu regime de significação. São esses níveis que especificarei sucessivamente como eufemização princeps, formulações eufemizantes e generalização da eufemização, postulando, em

DAHLET, Patrick. A violência do mercado e sua eufemização: semântica do consentimento. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, v. 1 n 1, p.01-28, 2018. (ISSN: 2317-1006 - online).

referência à lógica operatória de Grice, que trata recursivamente de “operações de ancoragem interiores ao discurso” (GRICE, 1990, p. 89), ou seja, que elas se originam e interagem no conjunto, cada atuação eufemizante tendo seu ponto de partida em uma outra e gerando outras ³.

- **A eufemização princeps.** Ela é instaurada pela introdução do termo “(Neo)liberalismo” enquanto matriz latente de representação e edição da nova racionalidade discursiva requerida pela governabilidade do mercado. Tomando o lugar da designação princeps anterior de “Capitalismo”, “(Neo)liberalismo” emerge como uma eufemização dialética da primeira, uma vez que, ao pôr no primeiro plano a “liberdade”, lembra que o capitalismo é movido por uma filosofia da livre circulação das ideias, dos bens e das pessoas, apagando a fúria da exploração de uma classe pela outra, remanescente do uso de “capitalismo”.

Mas, como já o sublinhamos, ao contrário da eufemização, um eufemismo nunca tem só uma função atenuante. No presente caso, ao eufemizar “capitalismo”, a designação “(Neo)liberalismo” fundamenta, ela mesma, um processo discursivo de exclusão / inclusão: exclusão da prática global de uma série de palavras, porque tem em comum de referir ao campo enunciativo da “luta de classe”, motor de antagonismos contrários à consensualização visada do corpo social. Além de “classes” ou “classes sociais”, se encontram assim proibidas de serem proferidas palavras e/ou binomas de palavras, tipo “classe dominante” / “classe dominada-oprimida-explorada”, “burguesia”/ “proletariado”, ou ainda “classe operária”; e há a inclusão do tópico da “competição”, que exige a construção discursiva, nos níveis 2 e 3, do *homo oeconomicus* como norma do humano e da *flexibilidade* como condição necessária de otimização desta normalização e de individualização de seu risco.

- **As formulações eufemizantes.** Embora a pregação de um estilo de gerência e existência competitiva generaliza o risco e a insegurança social, a exigência estrutural da *flexibilidade* explora o sema positivo de *capacidade de adaptação* incorporado ao termo, em uma infinidade de fórmulas eufemizantes dos golpes provocados pela inflexibilidade do princípio, inclusive para fabricar um sujeito de risco, ou seja um sujeito cuja autossatisfação possa crescer paradoxalmente às suas frustrações e antecipar

³ Todas as concretizações eufemizantes posteriormente citadas, inclusive os procedimentos, foram recorrentemente observadas, ao longo dos 4 últimos anos, salvo pequenas diferenças entre suas respectivas realizações, na mídia brasileira e francesa (*Folha de São Paulo*, *Correio Brasiliense*, *Le Monde diplomatique Brésil*, *El País Brasil*, *Le Monde*, *Le Figaro*, *TV Globo* (Jornal Nacional e Jornal da Noite, TV5 Monde (Jornal das 20h).

positivamente o porvir. Merece observar a reconfiguração designativa de dois dos riscos “incompressíveis” (adjetivação que por si mesmo pretende curar o trauma ao subtrair sua razão à ação humana) de tal flexibilidade – a demissão e o desemprego – para medir a extensão da racionalização do viver no risco, na qual o sujeito é convocado a localizar sua verdade.

O ato de demitir já não é mais dado como *demissão* aqui ou *licenciamento* lá. Do ponto de vista do empresário, se trata de *reestruturação*, *reorganização*, *recuperação*, *restrição orçamentária*, *racio produção/pessoal*, ou ainda *aprimoramento da competitividade*, podendo até aparecer como *plano social*, *plano de saneamento financeira*, *planos de resgate da saúde financeira* ou *cura de austeridade*. Todas estas designações têm por denominador comum o poder eufemizante de uma inversão da causalidade, desviando a atenção do efeito (a própria demissão) para focalizar a causa (a obrigação de rendimento da entidade), chegando a apresentar assim, paradoxalmente, a negatividade do processo de demissão como um dispositivo de performance/gozo, proporcionando aos uns (as vítimas) benefícios substanciais e, aos outros, – os acionários – a tranquilidade de um reequilíbrio das contas, promissor de dividendos. Aliás, para que não subsistam dúvidas sobre as boas intenções que determinam o processo, o mandante pode se comprometer a *supressões técnicas e indolores* e/ou propor diretamente uma *recolocação de empregos*, aliando assim à demissão ao anúncio tranquilizante desta recolocação. E o próprio sujeito-objeto desta mediação sócioeconômica pode reforçar o seu poder de cura, ao *aceitar os incentivos financeiros para desistir do emprego*, *entrar em um acordo* ou interagir no âmbito de um *plano de demissão voluntária* ou *transacional*, a modalização positiva do ato forjando um contexto para a manutenção da palavra *demissão* enquanto designação do acontecido.

Quanto ao desemprego, a sua categorização discursiva inclui a cada vez menos a designação de *desempregado*., É fato enunciativo consumido na França: predomina, nos dias de hoje, *demandeur d'emploi* (solicitador de emprego) ou *chercheur d'emploi* (procurador de emprego) e já é tendência no Brasil onde cada um, ao se tornar sem emprego, pode se tornar *procurador de emprego*. Se percebe a manipulação semântica ativada por estas designações: em vez de poder mudar a ocorrência do desemprego, modificam a relação do sujeito com ela, descartando a perda e qualquer sintomatologia de desespero, para valorizar um sujeito, já não mais afetado pela perda, mas unicamente movido pelo desejo do próximo emprego. Emerge assim a figura de um sujeito

desempregado que só pode dirigir as razões da sua situação a si mesmo, na ausência de instâncias responsáveis e de referências, fora do mercado e de suas promessas de novo emprego no futuro, em um solilóquio, acentuado por um lado pela disponibilidade de designações alternativas, tipo *pessoa sem emprego / sem trabalho*, que desvinculam a situação de qualquer telenomia, e por outro lado pela multiplicação de designações híbridas, como *formas específicas de emprego, trabalho terceirizado, trabalho intermitente* ou ainda *contratos de emprego ativos ou inativos*, que diluem as fronteiras entre *emprego e desemprego*.

Por trás de sua aparência objetiva, a substituição designativa de *procurador de emprego a desempregado*, com o halo confundante das recategorizações híbridas que a rodeiam, ativa assim uma eufemização da totalidade do real do sujeito, que ultrapassa a função atenuante concedida ao eufemismo. Pois, ao transformar a situação do desempregado, agora procurador de trabalho, em um momento de carreira, inscrito em um projeto global de trabalho e de vida, esta medida designativa leva o sujeito a parar de se remeter a imediatidade de suas dependências, enquanto força de trabalho reciclável (ou não), para se descobrir empreendedor de si mesmo, tornando-se então permeável a ideia de que, qualquer seja a precaridade de sua temporalidade, ele é o melhor ator de seu próprio bem. Para dizê-lo de outra maneira, identificado por uma fórmula ao empreendimento de procurar um emprego, o sujeito não deve apenas se ancorar no mercado, mas se comportar como um ator deste mercado que lhe nega precisamente seu emprego.

- **A generalização da eufemização.** Para que um signo exista, deve ser generalizado e repetido. A eufemização circula hoje em todas as dimensões da vida coletiva e privada, incorporando-as massivamente e singularmente ao processo de verdade da lógica da flexibilidade. Por ela, o grande mercado autorregulado transforma tudo o que sua “mão invisível” toca, tornando-se o paradigma flexibilizador da socialidade e de suas divisões.

É assim que, esgotado pelo carisma do mercado, que a teria deixada desnecessária, a noção de “classe social” foi recategorizada por uma extensa série de alternativas designativas tipo: *camadas sociais, faixas* (de idade, recursos, impostos), *categorias ou setores* (sócio-profissionais e outros), *classe B e C* (mas, significativamente, não A no Brasil, ou pelo menos não se ouve muito), *comunidades*

DAHLET, Patrick. A violência do mercado e sua eufemização: semântica do consentimento. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, v. 1 n 1, p.01-28, 2018. (ISSN: 2317-1006 - online).

ou grupos (com enfoque étnico, religioso ou cultural), *meios* (financeiros, esportivos, artísticos), *desfavorecidos* ou *despossuídos*.

Todas estas eufemizações têm um impacto em comum, que é o de evitar a menção, explícita ou implícita, do conflito e da dominação mantida de uma parte da população sobre outras. Neste sentido, cada um dos novos termos corresponde a uma maneira de tirar o conflito da organização social e de inscrever assim a possibilidade da união no corpo de verdade coletiva: à luta de classes historicamente incarnada, a divisão entre *classes B* e *C* substitui duas entidades abstratas, meramente simbolizadas por duas letras do alfabeto, cômodas para abafar as diferenças sociais e os particularismos culturais, iluminando somente que nada impede os de *C* de virar *B*, e que é melhor pertencer a *B* do que a *C*, já que *B* vem antes de *C* e que *C* segue necessariamente *B*; falar de *camadas* traz consigo uma quieta horizontalidade, em contraste com a verticalidade de classes antagonistas, considerando a impossibilidade de conceber que *camadas* possam *lutar* ou ser *solidárias* entre si; quanto aos termos *desfavorecidos* e *despossuídos*, ao não iluminar as discriminações sofridas e ao silenciar os agentes, eles acabam desorientando a desigualdade na aparência de uma incomensurável assimetria.

Na medida que formalizarei na seguinte seção um conjunto de categorias linguísticas e sócio-semânticas que constroem a obviedade desta eufemização do real, limitar-me-ei a destacar nesta etapa dois modos transversais de elaboração da racionalização eufemizante.

O primeiro explora as possibilidades semânticas da própria língua e a capacidade que ela tem de “refazer-(se) sobre ela mesma”, para retomar uma visão (fulgurante) de E. Benveniste (BENVENISTE, 1974 [1968], p. 21). Nesta perspectiva, eu diria que a criatividade eufemística em questão remete globalmente a um processo de desemantização / resemantização conceitual do horizonte de referência: à imagem da desemantização de classe e de sua resignificação pelo paradigma *camada/grupo/classe B, C etc.*, temos por exemplo, além das fórmulas anteriormente evocadas (a *demissão* como *plano social* ou o *desempregado* metamorfoseado em *procurador de emprego*), a *privatização* legitimada como *externalização dos custos* ou *parceria público-privado*, o *cidadão* visto como *usuário* e o *indivíduo solvável* como *consumidor*, o *trabalhador* promovido *colaborador* e a *faxina* modificada em *apoio técnico* ou *técnico/a de superfície* (*technicien de surface* nos hipermercados franceses), *governo* e *direção* que

viram *gouvernance* (parecendo o uso de *management* já em declínio), enquanto o *executivo* renasce *coach* (como se a presença de anglicismos ajudaria a reforçar a mutação da atividade de controle em atividade de animação). E temos ainda o *mendigo/morador de rua*, a *mãe de aluguel/ maternidade de substituição*, o *negro/Afrodescendente* ou *Black*, a *homossexualidade/ homoafetividade* ou meramente *diversidade* (neutralizando ainda mais a referência à sexualidade) e o *imigrante clandestino* (re)identificado (recentemente pela administração francesa) como *estrangeiro candidato a imigração*. Enfim, a listagem seria infinita em um universo onde o *preço* não tem mais o peso de um custo, mas a viva leveza de um *valor*.

Obviamente, este processo de dessemantização/resemantização irá poder transitar por modalidades específicas. Destacarei, a seguir, quatro modalidades, pela frequência e/ou pela sofisticação composicional que elas implicam, e portanto sem mais aprofundamento, a saber:

- **A restrição semântica.** Ela corresponde à (re)afetação de uma designação a um campo específico, no âmbito de desativar o antagonismo que a memória de seus usos cristaliza. É assim que *revolução* se encontra reconstruída como *revolução dos cravos* ou, mais recentemente, do *jasmim*, *revolução cidadã*, ou até *revolução verde*, ou que *ideologia* (definindo inicialmente a ciência das ideias nas suas relações com os signos), virou, filtrado por caracterizações doutrinárias de todo tipo (*ideologia cristã, conservadora, marxista, socialista*) virou na prática uma espécie de caracterização crítica dirigida preferencialmente às ideologias de esquerda, e até unicamente ao pensamento de esquerda. Na mesma ordem, ao restringir o campo de aplicação semântico do termo *capital*, a multiplicação das referências a um *capital saúde/férias/educativo/cultural*, reintegra a legitimidade da noção no fundo de linguagem comum.

- **A colusão semântica.** Ela consiste em agregar designações de sentidos diferentes, e até contrários, na posição de termos de identificação de uma mesma categorização, de maneira a induzir que eles compartilhem características comuns. Pelo fato de que os valores dos dois termos se controlam mutualmente, a expectativa no caso é que, deste encontro inédito, emerge uma posição eufemística particularmente persuasiva, uma vez que ela terá que resultar de uma atividade inferencial do interlocutor. É assim que, ao inverter sua posição contra o aborto em uma posição metaforicamente pró-vida, e ao associar *vida* e *família*, o slogan “Nós socio-cristãos

somos a favor da vida e da família” (PSC, Propaganda gratuita, JN Globo, 17/06/2017), espera não só fundamentar sua esquematização sobre uma eufemização do real (não há mais nem sexualidade nem violência) estimada adequada ao seu eleitorado potencial, mas também escapar das críticas que lhe valeriam um ataque direto à decisão de abortar. Funcionam da mesma maneira fórmulas recorrentes no campo político, do tipo *reforçar a segurança garantindo a liberdade* ou do tipo *a sociedade de mercado*, no campo econômico: a primeira, tentando consagrar a *segurança*, enquanto valor compartilhado, ao contagiá-la pelo valor doxal incontestável da *liberdade*, e, a segunda, repassando para a frieza solitária do *mercado* o fervor coletivo do laço social. E é também, na base desta colusão semântica, que uma fórmula tão propagada quanto *a igualdade das chances*, conjura pelo otimismo da *chance*, o abismo que separa a igualdade jurídica e cívica formal, da igualdade real das condições de trabalho e de vida.

- **A contradenegação semântica.** Arrisco-me a protocolizar assim, em referência à idealização freudiana da denegação enquanto repressão de um desejo no próprio movimento de sua enunciação, um modo de funcionamento na verdade transversal ao dispositivo global de eufemização da violência econômica, buscando sublinhar assim a abundância usual das designações, desde *diálogo e comunicação (intercultural)* até *pluralidade e respeito à diferença*, passando por toda a terminologia humanista (*recursos humanos, transparência, juntos no mesmo ritmo*) que não param de exaltar a integridade gerencial e a reciprocidade, presentes e/ou futuras, das culturas identificatórias, em um contexto global onde, apesar da interconexão virtualmente generalizada, o outro nunca foi tão distante, e a probidade das chamadas “elites” (outra eufemização dos poderosos) nunca tão vacilante. Ao contrário da denegação freudiana que se diz não ligada ao que o sujeito tem como desejo, estas designações, todas do curso euforizante do mercado, apresentam seus atores sociais como ligados ao que ele não proporciona, exceto a uma minoria, e, portanto, ao que a maioria não tem. Outro exemplo de tal contradenegação semântica, me parece atestado pelo crescimento funcional da designação alternativa de *equidade* em lugar de *igualdade*. Pois, ao remeter a um tratamento justo, sim, mas destinado às necessidades de justiça, que podem ser inclusive imensas, de grupos específicos, é bem uma denegação retrovertida que exerce o espalhamento do termo *equidade*, uma vez que não implica “justamente” aquele tratamento igual para todos que se diz desejar, sob o controle da ilusão da sinonímia de

equidade com *igualdade*, terminando por caminhar assim, apesar das conquistas da iniciativa, no terreno de uma igualdade diferencial.

- **A axiologização ética.** Ao mesmo tempo que legitima a intensificação da interdependência dos sistemas de concorrência e da subjetividade dentro de uma governança global pela liberdade, a eufemização promove novos códigos de legitimação do seu mercado-objeto e dos atores sociais nele envolvidos. O maior dele requer que o empreendedorismo determine e requeira o respeito de uma ética da maximização do capital em todos os domínios. De fato, correlativamente à multiplicação, sobretudo desde a crise de 2008 e frente à intensificação da corrupção, das propostas de moralização da vida política e do mundo empresarial, emergiu e se consolidou uma chamada *ética empresarial* ou ainda *ética dos negócios*, atestada pelas numerosas criações de *comitês de ética* em todos os ramos da vida social e declarações de compromissos das empresas e do empresariado com uma prática íntegra e virtuosa de sua atividade em prol do bem comum: “ Os nossos princípios são Integridade, Respeito, Coragem e Transparência. Os nossos Princípios Éticos moldam a nossa cultura [...]” (L’Oréal Brasil) ⁴. Como a eufemização, a *ética empresarial* representa assim o mercado, apesar das dissoluções que ele gera, como um processo de melhoramento das sociedades ao ser conduzido por atores que sabem conciliar e valorizar os interesses egoístas de si, dentro de uma proposta, ao mesmo tempo lucrativa para eles e benéfica para a sociedade inteira. Ao revés, os desconcertos da governabilidade costumam ser atribuídos a falhas morais mais ou menos graves de uma porção de dirigentes, e alisadas por uma dose eufemística suplementar, uma vez que os dirigentes concernidos se (auto)reconhecem, no melhor dos casos, como responsáveis de erros de juízo, como se o cálculo fosse deficiente, e não o próprio ato de quem o cometeu e a lógica do sistema que o impulsionou. Junto com o dispositivo de eufemização, a disposição ética, ao identificar o dinamismo solidário do mercado como (não) ilusão, perpassa tudo isso, enraizando nele o princípio de uma ética pessoal de superação performante e transparente adaptada às incertezas e tremores do contexto contemporâneo. Só que no caso, não é o sistema discursivo da eufemização que traduz em estratégias enunciativas este dizer ético, mas o contrário, ou seja, é esta ética que se elabora a partir das escolhas discursivas que constituem a eufemização ao agregar, em um todo coerente, as

⁴ <http://www.loreal.com.br/grupo-l%C2%B4or%C3%A9al/quem-somos/os-nossos-valores-e-princ%C3%ADpios-%C3%A9ticos> Acesso 2/06/2017

DAHLET, Patrick. A violência do mercado e sua eufemização: semântica do consentimento. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, v. 1 n 1, p.01-28, 2018. (ISSN: 2317-1006 - online).

desorientações essenciais do mercado, reencontrando, assim, a concepção enunciativa do discurso como fabricante de nossa realidade.

3. *Desarmar o conflito, desprotagonizar seus atores*

A eufemização, enquanto programa de desarmamento semântico da violência econômica, é submetida à exigência da incontestável obviedade de sua ressignificação positiva dos valores do mercado, para poder ser recebida. Por isso, como já o percebemos, o ato de eufemização não encerra nas fronteiras das palavras e de operações de desemantização/resemantização de seu poder designativo (cf. *infra* a generalização da eufemização), mas abrange todo um processo enunciativo de alistamento das subjetividades e ancoragem de sua (não)violência postiça na natureza das coisas.

Considerando que a atividade discursiva tem o poder de representar as ações sociais como procedendo ou não de intervenções humanas e que o apagamento de uma agentividade social atrás dos descontroles do mercado, segura a incontestabilidade do narrado, remeterei em seguida a força de persuasão dos modos de eufemização da violência econômica, além das manipulações semânticas das palavras, a uma combinação socio-enunciativa diádica de *anonimização* e *aglomeração* de seus atores.

Extrairei a maior parte de meus exemplos apenas de três artigos (doravante abreviados por FSP1, FSP2, FSP3) recentemente publicados na seção “Mercado” da *Folha de São Paulo*⁵, uma vez que a recorrência constatada das três categorias nas reportagens desta seção, autoriza a concebê-las como pertinentes para a análise crítica da vulgata discursiva do grande mercado regulador e do mecanismo de imposição a todos a sua realidade, e a realidade de seus desgastes,

- **Anonimização.** Relembrando que qualquer representação discursiva de um processo social pode incorporar ou omitir seus atores, entendo por *anonimização* a operação que exclui sistematicamente das tematizações da racionalidade econômica a

⁵ Os links de acesso a cada um dos três artigos de referência são os seguintes:

- FSP1: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/06/1890238-destruicao-de-emprego-na-atual-recessao-e-a-mais-forte-em-25-anos.shtml>

- FSP2: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/08/1805776- crise-economica-ajuda-a-aumentar-numero-de-dependentes-por-alcool.shtml>

- FSP3: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/11/1833764-diplomados-viram-recepcionistas-faxineiros-e-auxiliares-de-escritorio.shtml>

menção de seus atores. Esta anonimização é classicamente realizada por quatro tipos de transformações linguísticas – *nominalização*, *passivação*, *infinitivização* e *adjetivização* – como o manifestam esse conjunto de enunciados:

- a) Destruição de emprego na atual recessão é a mais forte em 25 anos (FSP1)
- b) O único ajuste possível foi a demissão maciça (FSP1)
- c) A recessão atual [...] pode estar impulsionando a precarização (FSP3)
- d) Eu fui convidado a sair da empresa (FSP2)
- e) No ano passado, foi eliminado 1,5 milhão de vagas formais (FSP3)
- f) O mais baixo percentual observado na série ocorreu [...] em meio à crise de confiança provocada pela vantagem de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na eleição presidencial (FSP1)
- g) Patrões ajustavam perdas de produção e vendas [...] sem necessariamente mandar o empregado embora (FSP1)
- h) O baixo custo da cachaça [...] pode incentivar o uso (FSP2)
- i) O aumento do salário mínimo [...] impôs reajustes do piso em um ambiente já desanimador na produção (FSP1)

Todas estas transformações (nominalização em a/b/c; passivação em d/e/f; infinitivização em g/h; adjetivação em i) realizam o apagamento, total ou parcial, da agentividade social (total no caso da nominalização, doravante notada NMZ, e parcial nos três outros). Tal apagamento é da maior importância socio-cognitiva por duas razões.

A primeira é que, ao não identificar os ator(es) e/ou alvos da ação, a anonimização constitui um fator essencial de eufemização, uma vez que deixa em aberto, e portanto não problematiza, o reconhecimento tanto dos beneficiários quanto dos prejudicados do referido processo: quem aplica a violência da destruição de empregos, e quem é a favor ou contra quem, em a); quem demite quem em b) e convida a sair em c); quem não só correlaciona em d) o baixo percentual (de ocupação) com a vantagem atribuída a Lula na corrida presidencial, mas também interpreta esta vantagem como geradora de uma crise de confiança; ou ainda que elimina em e) e predica em i) que o ambiente é desanimador e para quem?

A segunda razão da relevância eufemizante desta supressão da referência aos atores sociais, é que se impõe assim a ideia de uma relação necessária e natural entre os termos da relação enunciada: entre recessão e destruição de emprego, demissão e precarização em a), b) c) ou entre ajustamentos competitivos e demissão em g), apesar de que ou justamente porque esta última causalidade fosse apresentada como havendo sido contornada.

Embora com grau de intensidade diferenciada (em g) e h), a infinitivização, por exemplo, não impede a identificação dos agentes do seu processo – respectivamente patrões e usuários – mas opacifica a procura desta agentividade), os quatro tipos de

transformações sugerem assim uma leitura que confere ao ato de violência que cada um focaliza a força de um processo natural inevitável, eufemizando a responsabilidade humana e a discriminação de suas consequências, simplesmente por impedir que sejam discutidas, ao não despistá-las atrás do acontecido. Nesta perspectiva, como o detalhei em outra ocasião (DAHLET, 2015), é a nominalização que, ao pressupor a existência do processo que ela introduz na forma de um nome não só estável mas determinado por um complemento, argumenta a eufemização da violência econômica com a maior força. Pois, não só proíbe assim qualquer contra-argumentação, uma vez que, como no caso de a) a necessidade do ato de destruir está naturalmente pressuposta pelos ciclos do livre-funcionamento do mercado, mas também subentende que tal destruição é objeto de um *dever fazer* prescrevendo que *para sair de uma recessão, o emprego tem que ser destruído*.

Enfim, deve ainda ser sublinhado, que, como o evidencia uma asserção do tipo “Diante do risco de perder o emprego decidiu pedir ajuda na empresa em que trabalhava” (FSP2), as raras vezes que são evocados, os beneficiários do regime econômico aparecem exclusivamente no papel de promotores do progresso e da justiça social, e isso até na própria representação dos prejudicados.

- **Aglomeração.** Junto com a anonimização, me parece oportuno considerar, dentro de uma categoria *aglomeração*, as modalidades de (re)agrupamento dos protagonistas da violência econômica, pois, dependendo dos critérios invocados, a representação do posicionamento dos atores sociais frente à sua eufemização lhes afeta papéis significativamente diferentes, como proponho verificá-lo a partir dos seguintes exemplos:

- j) A parcela da força de trabalho brasileira com alguma ocupação chegou neste ano ao mais baixo patamar em mais de duas décadas (FSP1)
- k) Os economistas Bruno Ottoni e Tiago Barreira, da FGV, reconstruíram a série de mercado de trabalho até 1992 [...] A primeira análise que extraem dessa base de dados é que [...] a população ocupada encolheu em 2,3 milhões de pessoas desde que o país mergulhou na recessão, em 2014 (FSP1)
- l) “A perda de um emprego pode desencadear o alcoolismo de alguém que tenha algo associado”, explicou Liamar Ferreira, psiquiatra [...] da Secretaria Municipal da Saúde ((FSP2)
- m) A taxa de desemprego do país do último trimestre é de 11,2%, o equivalente a 11,4 milhões de pessoas (FSP2)
- n) “Apesar de ficar um mês internado na clínica sem colocar uma gota de álcool na boca, a primeira coisa que eu fiz quando saí foi beber. Eu fui convidado a sair da empresa”, disse [o professor V.C.S] (FSP2)
- o) Crise leva ‘pessoas com diploma a trabalhos como recepcionista e faxineiro [...] Com a crise, milhares de brasileiros com diploma universitário, como Patrícia, têm sido empurrados para ocupações de menor qualificação. Faxineiro foi, por exemplo, a sexta profissão que mais gerou vagas [...] Os dados foram levantados pela Folha na Rais (Relação

Anual de Informações Sociais) que traz informações sobre mais de 2500 ocupações no mercado formal” (FSP3)

p) Segundo especialistas, a recessão leva as empresas a trocar profissionais (FSP3)

q) A economista Fernanda Estevan, da USP, ressalta que [...] na recessão, talvez eles [esses profissionais] estivessem desempregados sem essa formação (FSP3)

Como se pode reparar, são nitidamente instalados aqui dois grupos com papéis sociais radicalmente diferentes (mas não por isso adversários), ou seja, por um lado as forças ativas dos expertos (cf. k, l, n, o, p, q), dinâmicos em sua missão de análise e interpretação do (des)governo econômico, e, por outro lado, todos os outros, dotados de papéis passivos, homogeneizados na forma de uma “força de trabalho” (cf. j) submetida ao mesmo tempo aos regimes das performances econômicas e as previsões dos primeiros, como se fossem os receptores cativos delas. O protagonismo social emerge assim assimetricamente distribuído entre uma minoria de atores que exerce suas faculdades mentais e verbais na compreensão e previsão dos movimentos socioeconômicos, e uma maioria possuída pelas normas e sanções do mercado que a governa.

Além e dentro desta assimetria, o que deve ser iluminado, é o quanto ela é discursivamente fabricada e controlada pelas divergências semânticas dos modos próprios de *aglomeração* dos protagonistas de cada um dos dois grupos.

De fato, eu diria que, enquanto a *aglomeração* daqueles com papéis predicativos se efetiva na base de um processo operatório de *personalização*, *classificação* e *autonomização*, a dos pacientes do real assim predicado, se vêm agrupados por uma combinação de *despersonalização*, *aglutinação* e *somatização*.

Tratando-se dos ativos, a *personalização* ocorre pela individualização da identidade de cada um deles, com especificação do nome, da função e/ou da filiação institucional (cf. a apresentação de Bruno Ottoni e Tiago Barreira (k), Liama Ferreira (l), e Fernanda Estevan (q); a *classificação* é realizada pela distribuição deles dentro de uma classe de pertencimento legitimada por seu saber (os “especialistas” (p), os “economistas (k) e (q), o “psiquiatra” (l)), sendo que, além da adequação da especialidade ao seu objeto, é o fato em si de ser identificados a um classe homogênea, por contrastar com a heterogeneização do grupo passivado (cf. *infra*), que não só possibilita o detalhamento de suas titulações, qualificações e responsabilidades institucionais, mas contribui para significar o acordo e o valor do seu diagnóstico, uma vez que emana de um grupo justamente homogeneizado como consensual; quanto à *formularização*, sugiro a noção para designar essa modalidade de *aglomeração*, que

unifica indivíduos pelos seus estudos e/ou discursos, como é o caso dos economistas Ottoni e Barreira pelas suas “bases de dados” (k) ou da própria *Folha*, pelos “dados” levantados na Rais (o), porque, ao constituir um tipo de depósito patrimonial da palavra dos especialistas, o conjunto destes dados e relatos ao mesmo tempo se beneficiam da notoriedade deles e a retribuem, elitizando seu dizer, ao conferir-lhe a historicidade de uma autoridade transindividual de interesse coletivo.

Ao subsumir a *aglomeração* dos pacientes da competição econômica na forma de um mecanismo tríplice de *despersonalização*, *aglutinação* e *somatização*, se constrói um contexto de sentido que os localiza em uma vulnerabilidade atomizada, com necessidade de medicação social constante, diferenciando-os assim radicalmente, enquanto sujeitos avaliáveis, da posição de sujeito avaliador fixada pela peculiaridade dos modos de *aglomeração* dos membros da categoria dos “especialistas”.

Além de reduzir a própria identidade dos pacientes da lógica financeira, a um nome (cf. Patrícia (o)) ou a um par de iniciais (cf. V.C.S (n)), com alusão eventual a uma profissão, sem titulação e impacto sócio-institucional (cf. professor V.C.S (n)), a *despersonalização* deles transita por três conversões semânticas. Por um lado, uma *funcionalização* que corresponde a uma forma de abstração metonímica, uma vez que os significa, não por qualidades estatutárias que lhes foram reconhecidas por suas trajetórias escolares, profissionais ou relacionais, mas pelo valor de uso concretamente calculável da “força de trabalho” (cf. j) que eles representam para a normalização, econômica e disciplinária da sociedade. A modificação acaba definindo-os enquanto meros espécimes de uma “força de trabalho”, ou seja de uma essência generalizada confundida com uma qualidade industrial nada mais atribuída aos seus portadores dentro e por sua representação enunciativa. Outra conversão despersonalizante provém do tratamento generalizado destes mesmos pacientes em termos de puras estatísticas (cf. particularmente (k) e (m)). Trata-se de um procedimento que não somente identifica estas pessoas a sujeitos de cálculos econômicos apresentados como racionais, senão também modeliza um ponto de vista consensual, ao mobilizar como suporte probatório da identificação, as práticas dos estudos estatísticas e das pesquisas de opinião que forjam e legitimam hoje em dia, com a transparência de seus números, as verdades do espírito majoritário. A terceira conversão, enfim, nada mais faz que levar às suas extremidades a *despersonalização* em questão, ao vincular o estatuto destes sujeitos (des)feitos em estatísticas, a um processo de *indeterminação*, regularmente

discriminado por pronomes indefinidos (cf. em (l) “alguém que tenha algo associado”) e que, por aparecer em posição nominativa, comprovam a *anonimização* já delimitada, mostrando literalmente que eles são personagens sem nome nem permanência funcional concebível.

Os dois outros mecanismos mencionados (*aglutinação* e *somatização*) de *aglomeração* destes atores-pacientes da concorrência econômica, decorrem da sistematização de sua *despersonalização*. De fato, em mais uma oposição à consistência hipercategorizante dos “especialistas”, estes pacientes aparecem alternativamente afetados por processo que eu chamaria de *aglutinação* e *somatização*. O primeiro corresponde à uma maneira de representá-los, não como membros de uma categoria estabelecida e permanente, como no caso dos “especialistas”, mas na forma de uma superposição circunstancial e casual de um conjunto de desnivelamentos peculiares (cf. atingidos pelo “alcoolismo” em (l) ou “pessoas [...] como recepcionista ou faxineiro” em (o)) e que portanto não pode ser considerada como simbolização durável das falhas do sistema que a engloba, e ainda menos de resistência organizada à suas agressões. Quanto à *somatização*, ela remete, como o próprio termo tenta marcá-lo, a um procedimento de reificação destes pacientes todos, desterritorializando suas tensões para uma parcela de seu corpo (cf. a “boca” livre de álcool em (n)), que se torna assim causa e indicador da rachadura social do referido sujeito.

Considerando que o conjunto destas operações de desprotagonização não para de se realizar sob os auspícios da condição, já formalizada (cf. *supra*), da escolha econômica ótima prescrita pela intocabilidade da tópica *competitividade/ flexibilidade*, como aliás o relembra a voz do economista Otoni, ao declarar que “Num ambiente em que o regime de trabalho é mais [...] inflexível, o único ajuste possível foi a demissão maciça” (FSP1), se intensifica assim a configuração de um *mercassujeito*, requisitado a consentir ao envolvimento total de sua subjetividade no universo do disfuncionamento e do risco, discursivamente operacionalizado pela eufemização de sua violência, como a capitalização de uma experiência que faz crescer.

Conclusão

Regido pela eufemização do pior: o mercassujeito

O que muda fundamentalmente com a globalização do mercado neoliberal, é que não é mais somente o que o sujeito tem que depende da lógica financeira, mas também o que ele é, obrigando-o a um trabalho, psicológico e ético, permanente sobre si, para

conseguir a cada vez mais crédito, procurando e detectando o que maximiza o seu valor enquanto “capital humano”. O modelo de poder implicitamente mobilizado corresponde à uma coordenação da ordem política e econômica montada, com a fabulação de que ela é antes de tudo requerida por baixo, seguindo uma espécie de inversão do regime de poder, uma vez que o ponto de origem em torno do qual tudo gira, não é mais aparentemente o governante (dirigente político ou empresarial), mas o próprio governado, ou melhor dito seu clone eufemizado, o *usuário*.

De fato, como espero ter delineado, foi introduzida e progressivamente intensificada uma política designativa, confiando na vocação fabulatória de verdade(s) da eufemização, para contribuir à esta notável inversão do poder, não só atenuando a carga de violência das engrenagens do mercado, mas, muito além disso, construindo e valorizando o consentimento do indivíduo para se incorporar a um paradigma preciso de inscrição em uma ordem semântico-discursivo de autofundação permanente de si mesmo. E isso, a despeito das inevitáveis destruições associadas a esta nova exigência de acreditação de si, e em nome da livre-escolha para dirigir sua vida.

Obviamente, a eufemização discursiva da violência não determina nem garante sozinha este consentimento. Mas, ao objetivar a violência econômica na forma de categorias coletivas e anônimas, e ao subentender clinicamente, apesar de afirmar o contrário, que tem que aceitá-la enquanto condição essencial (e não mais só accidental) de uma subjetividade reconquistada no seio de um empreendedorismo consensual, regula e emblematiza um novo curso subjetivo: a produção de um *mercassujeito* justamente, ou seja de uma subjetividade que consente simultaneamente a sua vulnerabilidade constitutiva e ao trepidante esforço, não de sair desta vulnerabilidade, mas de otimizar a autoestima e de valorizar todo seu potencial, nesta situação precária mesma.

Nada dispensa de imaginar e impulsionar uma racionalidade alternativa à maximização da performance individual e coletiva e à acomodação de seus desgastes em nome dos benefícios da competitividade.

Nesta perspectiva, se não é o papel da análise do discurso de promover tanto a resistência a racionalidade econômica dominante quanto as formas de uma alternativa, o exame crítico dos métodos e fins da eufemização naturalizada da violência econômica pode contudo abrir caminhos para tais contracondutas, ao contribuir a questionar a articulação paradoxal, no âmbito do empreendimento ultraeufemizante, entre a

DAHLET, Patrick. A violência do mercado e sua eufemização: semântica do consentimento. *Cadernos Discursivos*, Catalão-GO, v. 1 n 1, p.01-28, 2018. (ISSN: 2317-1006 - online).

anonimização dos sujeitos atrás de um processo sem atores e a exaltação desmedida da autovalorização do mercasujeito, ou ainda, entre as violências do mercado que se nutrem apenas da imagem de sua própria persistência e as que incluem a promessa de seu desaparecimento.

Referências

- BAKHTINE, Mikhail. *Le marxisme et la philosophie du langage*. Paris: Minuit, 1977 [1929]
- BENVENISTE, Émile. *Euphémismes anciens et modernes*. In: *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Gallimard, 1966 [1949].
- BENVENISTE, Émile. *Ce langage qui fait l'histoire*. In: *Problèmes de linguistique générale II*. Paris: Gallimard, 1974 [1968].
- BONHOMME, Marc. *Pragmatique des figures du discours*. Paris: Champion, 2005.
- BOSREDON, B., TAMBA, I.; PETIT, G. (Éds.). *Linguistique de la dénomination*, Cahiers de praxématique. 2001, (36).
- BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard, 1982.
- BOURDIEU, Pierre, WACQUANT, LOÏC. *La nouvelle vulgate planétaire*. Le monde diplomatique. 2000, Mai. Disponível em: < <http://www.monde-diplomatique.fr/2000/05/BOURDIEU/13727>>
- CASSANAS, A. et al. (Éds.). Dialogisme et nomination. In: *Colloque Jeunes chercheurs*, 3., 2004, Montpellier. Actes... Montpellier: Publications de l'université Paul-Valéry, 2004.
- CISLARU, Georgeta et al. (Éds.). *L'acte de nommer*. Une dynamique entre langue et discours. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2007.
- COURTINE, Jean-Jacques. 1981. *Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours*. À propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*. 1981, (62), p. 9-128.
- CULIOLI, Antoine. *Pour une linguistique de l'énonciation I*. Paris: Ophrys, 1990.
- DAHLET, P. Imaginário del lenguaje y aprendizaje de lenguas. In: GUTIÉRREZ & SALINAS (eds) *Enfoques y perspectivas en lenguas extranjeras*. México: Universidad Autonoma Metropolitana (UAM), 2009.
- DAHLET, P. (Re)produzir o inquestionável: nominalização, generalização e naturalização no discurso neoliberal. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 8, jun.2015. Disponível em http://www.uesc.br/revistas/eidea/index.php?item=conteudo_sumario8.php p. 206-221.
- DAHLET, P. Quand la favela devient “comunidade”: nomination et contrôle social. In: *Argumentation et analyse du discours*. 2016, n. 17, 2016. Disponível em: <<http://aad.revues.org/2256>>.
- DUMARSAIS, César Chesneau. *Des Tropes*. Paris: Flammarion, 1988 [1730], p. 158.
- FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits II*, Paris: Gallimard, “Quarto”, 1976-1988.
- FOUCAULT, Michel. Réponse à une question, In: *Dits et Écrits I*. Paris: Gallimard, 673-695, 1994 [1968].
- FOUCAULT, Michel. L'archéologie du savoir. In: FOUCAULT, *Oeuvres II*. Paris: Gallimard, Pléiade, 2015 [1969].
- FOUCAULT, Michel. 1994 [1968]. Réponse à une question. In: *Dits et Écrits*, t. I (Paris: Gallimard), 673-695)

- DAHLET, Patrick. A violência do mercado e sua eufemização: semântica do consentimento. *Cadernos Discursivos*, Catalão-GO, v. 1 n 1, p.01-28, 2018. (ISSN: 2317-1006 - online).
- FOUCAULT, Michel. La volonté de savoir. In: FOUCAULT, *Oeuvres II*. Paris: Gallimard, Pléiade, 2015 [1976].
- FUKUYAMA, Francis. *La fin de l'histoire et le dernier homme*, Paris: Flammarion, 1992.
- GORZ, André. *Métamorphoses du travail: Critique de la raison économique*, Paris: Folio Gallimard, 1988
- GRAZ, J.-C. *La gouvernance de la mondialisation*, Paris: La Découverte, 2008.
- GRIZE, Jean-Blaise. *Logique et langage*, Paris: Ophrys, 1990
- HAILLET, Pierre Patrick (dir.). *Procédés de modalisation, l'atténuation. Langue Française*, 2004, (142).
- KOREN, Roselyne (dir.). La nomination et ses enjeux socio-politiques. *Argumentation et analyse du discours* (17), 2016. Disponível em: < <https://aad.revues.org/2207>>.
- KRIEG-PLANQUE, Alice. Souligner l'euphémisme: opération savante ou acte d'engagement? Analyse du jugement d'"euphémisation" dans le discours politique. In: *Semen - Revue de sémiolinguistique des textes et discours*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2004, (17), p. 59-79.
- KRIEG-PLANQUE, A. *La notion de "formule" en analyse du discours*. Cadre théorique et méthodologique. Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté, 2009.
- LONGHI, Julien (dir.). *Stabilité et instabilité du sens: la nomination dans le discours*. Langue Française, 2015 (188).
- MOIRAND, S. *Les discours de la presse quotidienne* (Observer, analyser, comprendre). Paris: Presses Universitaires de France, 2007.
- MORTUREUX, M.-F. 1993. Paradigmes désignationnels. In: *Semen*. 1993, (8), p. 121-141.
- LEBRUN, Jean-Pierre. *La perversion ordinaire*. Vivre ensemble sans autrui, Paris: Denoël, 2007.
- MARX, Karl. *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie*, 1848 Disponível em: <http://www.arbeiterpolitik.de/Texte/Kapital/KAPITAL1.pdf>
- MARX, Karl. La Sainte Famille. In: MARX, *Oeuvres III*. Paris: Gallimard, "La Pléiade", 1982 [1845].
- ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ROBRIEUX, Jean-Jacques. *Éléments de rhétorique et d'argumentation*. Paris: Dunod, 1993
- SMITH, Adam. *Richesse des nations*. Paris: PUF, 1995 [1776].

Recebido em novembro de 2017.

Aceito em janeiro de 2018.